

Sumário

CAPÍTULO I • DIREITO PROCESSUAL PÚBLICO	23
1. AS PECULIARIDADES DO ESTUDO DO DIREITO PROCESSUAL EM LI- TÍGIOS COM O PODER PÚBLICO.....	23
2. FAZENDA PÚBLICA OU PODER PÚBLICO?.....	25
2.1. Conceito e abrangência	26
2.2. Representação jurídica.....	28
3. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO.....	36
4. RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO	37
5. PRERROGATIVAS E REGIME JURÍDICO.....	39
5.1. Foro por prerrogativa de função	39
5.2. Independência funcional X isenção técnica.....	40
5.3. Autonomia financeira e orçamentária	41
5.4. Porte de arma de fogo.....	41
5.5. Procurador-geral do Estado escolhido entre os integrantes da carreira.....	41
5.6. Regime remuneratório	42
5.7. Autorização prévia para manifestação do advogado público	43
QUESTÕES DE CONCURSO	43
CAPÍTULO II • PRAZOS.....	49
1. INTRODUÇÃO	49
2. CONSTITUCIONALIDADE	49
3. ALCANCE E CARACTERÍSTICAS.....	51
3.1. Contagem em dias úteis	52
3.2. Litisconsórcio	52
3.3. Recesso.....	53
4. HIPÓTESES DE NÃO APLICAÇÃO DO PRAZO EM DOBRO	53
4.1. Prazo próprio para o ente público.....	53
4.2. Prazos judiciais	54
4.3. Audiência de conciliação e mediação	55
4.4. Prazos em ações de controle de constitucionalidade (ADI e ADC).....	56
4.5. Estado estrangeiro	56
4.6. Ação rescisória.....	57
4.6.1. Prazo para ajuizamento.....	57
4.6.2. Prazo para apresentação de defesa	57
4.7. Mandado de Segurança	58

4.8. Recurso em pedido de suspensão	59
4.9. Contestação em ação popular	60
QUESTÕES DE CONCURSO	60

CAPÍTULO III • PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 65

1. INTRODUÇÃO	65
2. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA EM DEMANDAS MOVIDAS EM FACE DO PODER PÚBLICO.....	66
2.1. Prescrição em reparação civil de danos.....	67
2.2. Prescrição em relações de trato sucessivo.....	69
2.3. Ações reparatórias em razão da ditadura – imprescritibilidade.....	70
2.4. Prescrição em questões ambientais.....	71
2.5. Prescrição intercorrente em processo de execução contra o Poder Público	71
2.6. Prescrição na fase de cumprimento de sentença	71
2.7. Prescrição em processo de aposentadoria	72
2.8. Prescrição em casos de fundação privada de apoio à universidade pública	72
2.9. Prescrição em execução individual de sentença coletiva.....	73
2.10. Decadência para anular acordo firmado com o Poder Público	73
QUESTÕES DE CONCURSO	73

CAPÍTULO IV • VALORES EXIGIDOS DO PODER PÚBLICO NO CURSO DO PROCESSO 77

1. INTRODUÇÃO	77
2. PAGAMENTO DE DESPESAS PROCESSUAIS PELO ENTE PÚBLICO.....	77
2.1. Beneficiário de gratuidade de justiça e os honorários periciais.....	80
2.2. Despesas processuais em ação civil pública	80
2.3. Porte de remessa e retorno	81
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	81
3.1. Percentuais de honorários em demandas contra o Poder Público	82
3.2. Características gerais da condenação em honorários nas demandas contra o Poder Público	84
3.3. Honorários advocatícios em grau recursal.....	85
3.4. Cumprimento de sentença não impugnado	87
3.5. Execuções individuais decorrentes de sentença em ação coletiva	93
3.6. Concordância do ente público com o pedido e cumprimento espontâneo	94
3.7. Titularidade dos honorários.....	96
3.8. Fluência de juros	99
3.9. Direito intertemporal – aplicação do regime de honorários do CPC-2015.....	99
3.10. Condenação em demandas movidas pela Defensoria Pública	99
4. RECURSO	100
5. AÇÃO RESCISÓRIA.....	100
6. MULTAS	100
6.1. Multa por ato atentatório à dignidade da Justiça e litigância de má-fé.....	101
6.2. Embargos de declaração protelatórios e agravo interno inadmissível	102
6.3. Multa coercitiva	103
6.4. Multa pelo não comparecimento à audiência de conciliação ou mediação.....	105

QUESTÕES DE CONCURSO	105
CAPÍTULO V • PODER PÚBLICO COMO RÉU	109
1. INTRODUÇÃO	109
2. COMPETÊNCIA	109
3. COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS.....	111
3.1. Citação.....	112
3.2. Intimação.....	113
4. RESPOSTA DO ENTE PÚBLICO E REVELIA.....	114
QUESTÕES DE CONCURSO	116
CAPÍTULO VI • INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO	117
1. INTRODUÇÃO	117
2. CARACTERÍSTICAS E NATUREZA JURÍDICA	118
3. SISTEMÁTICA DE APLICAÇÃO	120
3.1. Admissibilidade.....	120
3.2. Modo de ingresso do ente público	120
3.3. Modo de atuação em juízo	121
3.4. Interposição de recurso.....	121
3.5. Pedido de suspensão	124
QUESTÕES DE CONCURSO	124
CAPÍTULO VII • TUTELA PROVISÓRIA CONTRA O PODER PÚBLICO	127
1. INTRODUÇÃO	127
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	127
3. CONSTITUCIONALIDADE E COMPATIBILIDADE COM OUTROS INSTITUTOS DE DIREITO PROCESSUAL PÚBLICO	130
3.1. Constitucionalidade	130
3.2. Remessa necessária	131
3.3. Regime de pagamento por precatório	131
4. ANÁLISE DAS VEDAÇÕES LEGAIS À TUTELA DE URGÊNCIA CONTRA O PODER PÚBLICO	132
4.1. Ato de autoridade com prerrogativa de foro.....	132
4.2. Irreversibilidade da medida.....	133
4.3. Compensação de créditos tributários e previdenciários	134
4.4. Ações possessórias.....	135
5. TUTELA DE EVIDÊNCIA CONTRA O PODER PÚBLICO	135
6. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	136
QUESTÕES DE CONCURSO	137
QUESTÃO DISCURSIVA	139
CAPÍTULO VIII • PEDIDO DE SUSPENSÃO	141
1. INTRODUÇÃO	141
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	142
3. SISTEMÁTICA DE APLICAÇÃO	144
QUESTÕES DE CONCURSO	149

QUESTÃO DISCURSIVA	151
CAPÍTULO IX • REMESSA NECESSÁRIA	153
1. INTRODUÇÃO	153
2. CONSTITUCIONALIDADE	154
3. NATUREZA JURÍDICA.....	155
4. APLICAÇÃO	156
4.1. Sentenças contrárias ao Poder Público	156
4.1.1. Remessa necessária de decisão de mérito	156
4.1.2. Sentença terminativa e sentença de mérito	156
4.1.3. Não cabimento em decisão colegiada.....	157
4.1.4. Não cabimento em sentença homologatória.....	157
4.2. Procedência de embargos à execução fiscal.....	157
4.3. Sentença ilíquida.....	158
4.4. Ação civil pública e ação de improbidade administrativa	159
4.5. Mandado de segurança.....	159
5. PROCEDIMENTO	159
6. EXTENSÃO DA ANÁLISE NA REMESSA NECESSÁRIA	161
6.1. Apelação e remessa necessária prejudicada	161
6.2. <i>Reformatio in pejus</i>	162
7. RECURSO ESPECIAL EM REMESSA NECESSÁRIA	163
8. DISPENSA DA REMESSA NECESSÁRIA	163
8.1. Valor mínimo para cabimento da remessa necessária.....	163
8.2. Entendimentos jurisprudencial e administrativo consolidados	164
8.3. Juizados Especiais	165
8.4. Sentença arbitral.....	165
QUESTÕES DE CONCURSO	166
CAPÍTULO X • EXECUÇÃO CONTRA O PODER PÚBLICO	173
1. INTRODUÇÃO	173
2. ALCANCE	174
3. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E A EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL CONTRA O PODER PÚBLICO	175
4. DEFESA DO ENTE PÚBLICO	175
5. EXECUÇÃO PROVISÓRIA	177
6. SISTEMA DE PAGAMENTO DE DÉBITOS DO ENTE PÚBLICO POR PRE- CATÓRIO.....	178
6.1. Listas de precatórios	179
6.2. Crédito de natureza alimentícia	182
6.3. Fracionamento de precatório	184
6.4. Regime de inclusão do precatório no orçamento – modificação da EC n. 114/2021	185
6.5. Natureza da atividade do presidente do Tribunal no processamento do preca- tório.....	186
6.6. Pagamento de precatórios e sequestro	187

6.7. Incidência de correção monetária e juros de mora – modificação pela EC n. 113/2021	189
6.8. Compensação de valores de precatórios – modificação pela EC n. 113/2021	193
6.9. Cessão de crédito de precatório	195
6.10. Assunção de dívida pela União	196
6.11. Financiamento de dívida de precatório	196
6.12. Utilização de crédito de precatórios para negócios jurídicos com o ente público – EC n. 113/2021	197
6.13. Intervenção federal e princípio da reserva do possível	198
7. REGIME ESPECIAL – EC Nº 94/2016 E Nº 99/2017	199
7.1. Legitimados.....	200
7.2. Prazo de pagamento	200
7.3. Índice de correção	201
7.4. Montante de depósito para pagamento.....	201
7.5. Fontes de recursos para pagamento dos precatórios.....	201
7.6. Métodos de pagamento	203
7.7. Possibilidade de fracionamento.....	204
7.8. Sequestro e responsabilização.....	205
7.9. Vedação a desapropriações	205
7.10. Compensação.....	206
8. PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS POR MUNICÍPIOS	206
9. SISTEMA DE PAGAMENTO POR REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – RPV	208
10. PRECATÓRIOS E RPVS NÃO LEVANTADOS – LEI Nº 13.463/2017	210
QUESTÕES DE CONCURSO	214
CAPÍTULO XI • EXECUÇÃO FISCAL	223
1. INTRODUÇÃO	223
2. TÍTULO EXECUTIVO	223
3. LEGITIMIDADE DAS PARTES	226
3.1. Legitimidade ativa	226
3.2. Legitimidade passiva.....	228
4. COMPETÊNCIA	231
5. PROCEDIMENTO	234
5.1. Petição inicial	234
5.2. Despacho liminar positivo e fixação de honorários advocatícios.....	235
5.3. Despacho liminar positivo e interrupção da prescrição	237
5.4. Custeio de atos processuais no curso da execução fiscal.....	239
5.5. Citação.....	240
5.6. Intimação do ente público.....	241
5.7. Participação do Ministério Público	242
5.8. Penhora.....	242
5.8.1. Ordem legal do art. 11 da LEF	242
5.8.2. Impenhorabilidade do bem de família	252
5.8.3. Penhora de estabelecimento empresarial.....	254

5.8.4.	Remoção do bem penhorado	254
5.8.5.	Intimação da penhora.....	254
5.8.6.	Medidas executivas atípicas	255
5.8.7.	Termo inicial da contagem de prazo para embargos	256
5.8.8.	Preferência de créditos	256
5.8.9.	Avaliação de bens penhorados.....	258
5.8.10.	Cautelar de caução prévia e honorários advocatícios	258
5.8.11.	Construção de bens em execução fiscal contra empresas em recuperação judicial	259
5.9.	Ato atentatório à dignidade da Justiça e fraude à execução.....	259
5.10.	Expropriação de bens	261
6.	OS MECANISMOS DE DEFESA CONTRA A EXECUÇÃO FISCAL	262
6.1.	Embargos à execução fiscal	262
6.1.1.	Prazo para oferecimento dos embargos.....	262
6.1.2.	Necessidade de garantia do juízo e concessão de efeito suspensivo.....	262
6.1.3.	Conteúdo dos embargos	264
6.1.4.	Procedimento dos embargos à execução.....	264
6.2.	Exceção de pré-executividade.....	266
6.3.	Defesa heterotópica na execução fiscal.....	271
7.	VICISSITUDES DA EXECUÇÃO FISCAL.....	272
7.1.	Suspensão do processo.....	272
7.2.	Decretação de indisponibilidade de bens	276
7.3.	Cancelamento da dívida ativa.....	277
7.4.	Modificação do valor da dívida e sucumbência	278
7.5.	Arquivamento de débitos inscritos em dívida ativa	278
7.6.	Cobrança de valores baixos e desistência.....	278
7.7.	Declaração de inconstitucionalidade e a presunção de certeza e liquidez da CDA	280
7.8.	Prazo prescricional da repetição de indébito e da execução contra a Fazenda Pública	281
7.9.	Execução fiscal e processo de falência.....	281
8.	SENTENÇA E RECURSOS	281
9.	MEDIDA CAUTELAR FISCAL	283
9.1.	Introdução	283
9.2.	Procedimento.....	283
9.3.	Arrolamento de bens e concessão da cautelar.....	285
10.	AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO: COMPENSAÇÃO OU PRECATÓRIO	286
11.	PROTESTO EXTRAJUDICIAL PARA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA	287
	QUESTÕES DE CONCURSO	289
	QUESTÃO DISCURSIVA	298
	CAPÍTULO XII • RECLAMAÇÃO	299
1.	INTRODUÇÃO	299
2.	LEGISLAÇÃO PERTINENTE	299
3.	NATUREZA JURÍDICA.....	300

4. SISTEMÁTICA DE APLICAÇÃO	301
4.1. Preservação de competência.....	301
4.1.1. Ato comissivo	302
4.1.2. Ato omissivo.....	303
4.2. Garantia da autoridade das decisões do tribunal	303
4.3. Decisão do STF em controle concentrado	304
4.4. Observância de súmula vinculante.....	305
4.5. Observância de acórdão em IRDR e incidente de assunção de competência	306
4.6. Cumulação da reclamação com outros meios de impugnação	307
4.7. Hipóteses de não cabimento da reclamação	307
4.7.1. Decisão transitada em julgado	307
4.7.2. Acórdão de RExt com repercussão geral ou no regime de repetitivos	308
4.7.3. Ato administrativo com recurso pendente.....	308
4.7.4. Ato legislativo.....	309
4.8. Recursos e ônus sucumbenciais.....	309
4.9. Reclamação contra decisões de Juizados Especiais.....	310
QUESTÕES DE CONCURSO	310
CAPÍTULO XIII • AÇÃO MONITÓRIA.....	317
1. INTRODUÇÃO	317
2. AÇÃO MONITÓRIA EM FACE DO PODER PÚBLICO	317
3. ISENÇÃO DE CUSTAS.....	318
4. FORMA DE PAGAMENTO.....	319
QUESTÕES DE CONCURSO	319
CAPÍTULO XIV • MANDADO DE SEGURANÇA.....	323
1. INTRODUÇÃO	323
2. CARACTERÍSTICAS.....	324
2.1. Conceito e natureza jurídica.....	324
2.2. Formas de tutela.....	325
2.3. Direito líquido e certo.....	325
2.4. Residual em relação ao <i>habeas corpus</i> e ao <i>habeas data</i>	327
2.5. Ilegalidade ou abuso de poder	327
2.6. Autoridade pública.....	328
2.7. Prazo de impetração	330
3. SISTEMÁTICA DE APLICAÇÃO	333
3.1. Ato legislativo.....	334
3.2. Ato de que caiba recurso administrativo	335
3.3. Ato judicial.....	336
3.3.1. Agravo, taxatividade mitigada e o cabimento de mandado de segurança..	338
3.3.2. Mandado de segurança em processo criminal.....	339
3.4. Ato disciplinar.....	339
3.5. Compensação tributária	340
4. PARTES.....	342
4.1. Legitimidade ativa	342
4.2. Legitimidade passiva.....	344

4.2.1. Polo passivo.....	344
4.2.2. Teoria da encampação.....	345
4.2.3. Indicação errônea da autoridade coatora.....	347
4.2.4. Correção do polo passivo no CPC.....	347
4.2.5. Litisconsórcio passivo.....	348
4.3. Ministério Público.....	350
5. COMPETÊNCIA.....	350
6. PROCEDIMENTO.....	351
6.1. Petição inicial.....	352
6.2. Informações e defesa.....	352
6.3. Tutela provisória.....	353
6.4. Sentença.....	355
6.5. Coisa julgada.....	358
6.6. Remessa necessária.....	359
6.7. Recursos.....	360
6.7.1. Cabimento em relação a decisões interlocutórias.....	360
6.7.2. Sistemática recursal.....	361
6.7.3. Sistemática recursal de mandado de segurança originário de tribunal....	362
6.7.4. Extensão da legitimidade recursal à autoridade coatora.....	363
6.7.5. Contagem do prazo recursal.....	364
6.7.6. Incidência de honorários advocatícios na fase recursal.....	364
6.7.7. Ampliação do colegiado em grau recursal.....	364
6.8. Pedido de suspensão.....	365
6.9. Cumprimento de sentença.....	365
6.10. Prazo para desistência do mandado de segurança.....	366
7. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	367
7.1. Legitimidade ativa.....	367
7.2. Objeto.....	368
7.3. Litispendência com o processo individual.....	369
7.4. Manifestação prévia do Poder Público para concessão de liminar.....	369
7.5. Coisa julgada.....	369
QUESTÕES DE CONCURSO.....	370
QUESTÃO DISCURSIVA.....	376
CAPÍTULO XV • HABEAS DATA.....	379
1. INTRODUÇÃO.....	379
2. OBJETO E CABIMENTO.....	379
3. COMPETÊNCIA.....	380
4. LEGITIMIDADE.....	381
4.1. Legitimidade ativa.....	381
4.2. Legitimidade passiva.....	381
5. PROCEDIMENTO.....	382
5.1. Fase administrativa.....	382
5.2. Fase judicial.....	383
5.2.1. Petição inicial.....	383
5.2.2. Resposta do demandado.....	384

5.2.3. Participação do Ministério Público	384
5.2.4. Liminar	384
5.2.5. Sentença	384
5.2.6. Outras características	385
6. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	386
QUESTÕES DE CONCURSO	388
CAPÍTULO XVI • MANDADO DE INJUNÇÃO	395
1. INTRODUÇÃO	395
2. EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO MANDADO DE INJUNÇÃO	395
3. OBJETO E CABIMENTO	397
3.1. Impedimento ao exercício de direito ou liberdade constitucional	398
3.2. Perda de objeto pelo advento de norma regulamentadora	399
3.3. Descabimento para regular direito de militar à ascensão funcional	399
4. COMPETÊNCIA	399
5. LEGITIMIDADE	401
5.1. Legitimidade ativa	401
5.2. Legitimidade passiva	401
6. PROCEDIMENTO	401
6.1. Petição inicial	401
6.2. Recebimento e processamento	402
6.3. Tutela provisória	402
6.4. Sentença, coisa julgada e recursos	403
7. MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO	404
QUESTÕES DE CONCURSO	405
CAPÍTULO XVII • AÇÃO POPULAR	411
1. INTRODUÇÃO	411
2. OBJETO	411
3. AÇÃO POPULAR, MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: DISTINÇÕES	412
4. COMPETÊNCIA	414
5. LEGITIMIDADE	414
5.1. Legitimidade ativa	414
5.2. Legitimidade passiva	415
5.3. Pessoa jurídica interessada	416
6. PROCEDIMENTO	416
6.1. Prazo para ajuizamento	416
6.2. Petição inicial	417
6.3. Documentação pertinente	417
6.4. Citação	418
6.5. Prazo para a defesa	418
6.6. Tutela provisória	418
6.7. Alegações finais	419
6.8. Sentença	419
6.9. Coisa julgada	419

6.10. Remessa necessária	420
6.11. Recursos	420
6.12. Cumprimento	420
QUESTÕES DE CONCURSO	420

CAPÍTULO XVIII • AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 425

1. INTRODUÇÃO	425
2. ALCANCE	427
3. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	430
3.1. Atos que importam em enriquecimento ilícito.....	431
3.2. Atos que causam prejuízo ao erário.....	432
3.3. Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública.....	435
3.4. Outras situações de improbidade.....	437
3.5. Cumulação de sanções e prescrição.....	438
4. COMPETÊNCIA	441
5. LEGITIMIDADE	442
5.1. Legitimidade ativa	442
5.2. Legitimidade passiva.....	443
5.3. Participação do ente público no processo.....	445
6. PROCEDIMENTO	446
6.1. Representação do particular.....	446
6.2. Petição inicial	447
6.3. Juízo de admissibilidade	447
6.4. Defesa	447
6.5. Tutela provisória.....	448
6.6. Instrução probatória.....	451
6.7. Transação	452
6.8. Sentença.....	453
6.9. Cumprimento da sentença	455
6.10. Prescrição	455
QUESTÕES DE CONCURSO	457

CAPÍTULO XIX • DESAPROPRIAÇÃO 463

1. INTRODUÇÃO	463
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	463
3. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA OU INTERESSE SOCIAL...	466
3.1. Caracterização da utilidade pública e do interesse social.....	467
3.2. Prazo para propositura da demanda judicial.....	468
3.3. Legitimidade de partes	470
3.4. Competência.....	470
3.5. Mediação e arbitragem na desapropriação.....	471
3.6. Procedimento judicial.....	472
3.6.1. Petição inicial	472
3.6.2. Citação	472
3.6.3. Contestação.....	473
3.6.4. Participação do Ministério Público	475

3.6.5.	Imissão provisória na posse	476
3.6.5.1.	Procedimento comum	477
3.6.5.2.	Imóvel residencial urbano	478
3.6.6.	Levantamento parcial do depósito	479
3.6.7.	Perícia	479
3.6.8.	Sentença: aspectos da condenação	480
3.6.8.1.	Juros compensatórios	480
3.6.8.2.	Juros moratórios	483
3.6.8.3.	Correção monetária	484
3.6.8.4.	Incidência de juros moratórios e compensatórios	484
3.6.8.5.	Honorários advocatícios	485
3.6.8.6.	Custas processuais	485
3.6.8.7.	Indicação do valor do imóvel na petição inicial	485
3.6.8.8.	Tributação da indenização pela desapropriação	486
3.6.8.9.	Forma de pagamento de valores complementares	486
3.6.9.	Sentença: coisa julgada, recursos e remessa necessária	486
3.7.	Desistência da desapropriação	487
4.	DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA	488
4.1.	Requisitos	488
4.2.	Legitimidade	489
4.3.	Procedimento	489
4.4.	Sentença	492
5.	DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS URBANÍSTICOS	493
6.	EXPROPRIAÇÃO DE GLEBAS COM PLANTAÇÕES ILEGAIS E TRABALHO ESCRAVO	494
7.	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	495
	QUESTÕES DE CONCURSO	496
	QUESTÃO DISCURSIVA	500
	CAPÍTULO XX • JUIZADOS ESPECIAIS	501
1.	INTRODUÇÃO	501
2.	LEGISLAÇÃO PERTINENTE	501
3.	JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	502
3.1.	Competência	502
3.2.	Legitimidade	504
3.3.	Procedimento	505
3.3.1.	Petição inicial	505
3.3.2.	Citação e intimação	506
3.3.3.	Audiência e instrução probatória	507
3.3.4.	Concessão de tutela provisória	508
3.4.	Sentença e recursos	508
3.4.1.	Dispensa da remessa necessária	509
3.4.2.	Recurso cabível	509
3.4.3.	Exercício da retratação pelo juízo sentenciante	510
3.4.4.	Juízo de admissibilidade	510
3.4.5.	Embargos de declaração	511

3.4.6. Ampliação do colegiado	511
3.4.7. Pedido de uniformização de interpretação da Lei – PUIL	512
3.4.8. Recurso especial	512
3.4.9. Recurso extraordinário	513
3.4.10. Sistema de julgamento de recursos repetitivos	514
3.4.11. A cultura do precedente	514
3.4.12. Ação rescisória	515
3.5. Cumprimento de sentença	515
4. JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	516
4.1. Competência	516
4.2. Composição	517
4.3. Legitimidade	517
4.4. Procedimento	518
4.5. Cumprimento de sentença	518
QUESTÕES DE CONCURSO	519

CAPÍTULO XXI • ARBITRAGEM COM O PODER PÚBLICO..... 525

1. INTRODUÇÃO	525
2. CONCEITO	526
3. CONSTITUCIONALIDADE	526
4. VANTAGENS DA ARBITRAGEM	527
4.1. Escolha do árbitro	527
4.2. Flexibilidade procedimental	527
4.3. Possibilidade de escolha da lei aplicável	528
4.4. Confidencialidade	528
4.5. Celeridade	528
5. PRINCÍPIOS DA ARBITRAGEM	528
5.1. Autonomia da vontade das partes	529
5.2. Autonomia da cláusula compromissória	529
5.3. <i>Kompetenz-kompetenz</i>	529
6. ESPÉCIES DE ARBITRAGEM	529
6.1. Arbitragem institucional ou avulsa (<i>ad hoc</i>)	529
6.2. Arbitragem nacional ou internacional	530
7. ARBITRABILIDADE	531
8. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	531
9. ÁRBITRO	532
10. PROCEDIMENTO ARBITRAL	533
10.1. Instauração e organização	533
10.2. Fase postulatória	535
10.3. Fase probatória	535
10.4. Tutela provisória na arbitragem	536
11. SENTENÇA ARBITRAL	536
QUESTÕES DE CONCURSO	537

BIBLIOGRAFIA 539